

MÁRIO ESTEVEZ DE OLIVEIRA
RODRIGO ESTEVEZ DE OLIVEIRA

CONCURSOS
E OUTROS PROCEDIMENTOS
DE ADJUDICAÇÃO ADMINISTRATIVA

DAS FONTES ÀS GARANTIAS



ALMEDINA

PREFÁCIO

Face ao “desconchavo” da nossa actual legislação sobre os procedimentos concursais e de adjudicação, esta tentativa da sua análise e sistematização constitui um risco para os autores.

Só a jurisprudência, esparsamente, e um ou outro comentador mais especializado, iam tomando conta de algumas das infinitas questões formais e substantivas que tais procedimentos suscitam, mas ninguém — até à publicação da tese de mestrado da Dra. Margarida Olazabal Cabral — quis mexer dogmaticamente nesse mundo labiríntico das leis portuguesas na matéria, para não falar também do que se passa no direito comunitário correspondente.

Foi a pensar nas dificuldades que enfrentam todos aqueles que, como nós, lidam com tais procedimentos, que se decidiu dar à estampa este trabalho, fruto tantas vezes da investigação efectuada e da experiência adquirida a propósito de casos concretos sobre que fomos chamados a manifestar opinião.

Não se espere, portanto, encontrar aqui um sistema correc-tamente articulado, de conclusões acabadas, assentes em premissas inquestionáveis. Ao invés: em grande parte dos temas tratados, o que predomina é a dúvida ou controvérsia e, sempre “quaestio-nandi sibi scrivit”, o trabalho feito resumiu-se, frequentemente, à busca e selecção das razões que sustentam as várias teses em confronto.

Aguarda-se, como é sabido, a discussão e publicação de uma lei sobre procedimentos de adjudicação (e sobre a execução) dos contratos de empreitadas de obras públicas, a qual revogará o Decreto-Lei n.º 405/93, um dos principais escolhos ao necessário

tratamento dogmático e sistemático destas questões. E também já se ouviu falar de um novo diploma sobre o regime da contratação pública, em geral.

Ficamos na expectativa dessas publicações para, numa 2.º edição, se poder apresentar obra mais rigorosa e acabada. Até lá, os leitores padecerão, certamente, de tormentos parecidos com aqueles por que passámos para pensar e escrever estas folhas.

A co-autoria da obra, de pai e filho – e que não se estranharia ou explicaria, se de outrem se tratasse – é objectivamente de vida e não subjectivamente sentida.

São devidos especiais agradecimentos ao Dr. Gonçalo Guerra Tavares, pela sua valiosa colaboração, e também ao Dr. Jorge Carvalho da Silva, pela incansável tarefa de busca e de ordenação dos dados que foi colhendo.

Março 1998

MEO

ÍNDICE

CAPÍTULO PRIMEIRO INTRODUÇÃO

SECÇÃO I ÂMBITO

A)	OS PROCEDIMENTOS ABRANGIDOS	1
A1)	Procedimentos concursais e procedimentos adjudicatórios	1
A2)	Procedimentos pré-contratuais e procedimentos adjudicatórios	2
A3)	Procedimentos (concursos) respeitantes a “material” e a “pessoal”	3
A4)	Procedimentos adjudicatórios respeitantes a “concorrentes” e “propostas”	4
A5)	Procedimentos nacionais e internacionais	5
A6)	Procedimentos adjudicatórios de direito público e de direito privado	6
A7)	Procedimentos administrativos de adjudicação de contratos (e actos) de direito administrativo e de direito privado	7
A8)	Fixação terminológica	7
B)	AS ENTIDADES, OS ACTOS E OS CONTRATOS ABRANGIDOS	8
B1)	Remissão	8

SECÇÃO II O COMPLEXO QUADRO NORMATIVO APLICÁVEL

A)	DIFICULDADES DA SUA FIXAÇÃO E ANÁLISE	9
----	---	---

CAPÍTULO SEGUNDO
FONTES DO DIREITO PROCEDIMENTAL ADJUDICATÓRIO

SECÇÃO I
OS PRINCÍPIOS E REGRAS CONSTITUCIONAIS

A)	A APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS AOS PROCEDIMENTOS ADJUDICATÓRIOS	13
----	---	----

SECÇÃO II
AS NORMAS COMUNITÁRIAS

A)	DIREITO COMUNITÁRIO ORIGINÁRIO	16
B)	DIREITO COMUNITÁRIO DERIVADO	17
B1)	Os regulamentos comunitários	17
B2)	As directivas comunitárias	18
	b2.1) <i>Em matéria de procedimentos adjudicatórios</i>	18
	b2.2) <i>O primado do direito comunitário sobre o direito interno</i>	20
	b2.3) <i>O efeito directo (positivo) das directivas na ordem jurídica interna</i>	22
	b2.4) <i>O efeito paramétrico (negativo) das directivas na ordem jurídica interna</i>	26
	b2.5) <i>A aplicação interna das directivas sobre a contratação pública: dificuldades</i>	31

SECÇÃO III
O CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

A)	SUA APPLICABILIDADE AOS PROCEDIMENTOS ADJUDICATÓRIOS ...	35
A1)	No caso de leis especiais posteriores ao CPA	35
A2)	No caso de leis especiais anteriores ao CPA.....	36
B)	A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS GERAIS E DAS CONCRETIZAÇÕES CONSTITUCIONAIS DO CPA.....	38

SECÇÃO IV
AS LEIS (ADJUDICATÓRIAS) ESPECIAIS

A)	O DECRETO-LEI N.º 55/95	39
A1)	Âmbito objectivo de aplicação financeira e administrativa	39
A2)	Âmbito subjectivo de aplicação	44

B)	O DECRETO-LEI N.º 405/93.....	46
B1)	<i>A sua importância e necessidade de actualização (comunitária): o projecto de alteração do REOP</i>	46
B2)	<i>Legislação complementar e subsidiária</i>	49
B3)	<i>Âmbito de aplicação do REOP em matéria de empreitadas de obras públicas.....</i>	50
b3.1)	<i>Casos de sujeição “estatutária” (formal, directa e geral) ao REOP</i>	51
b3.2)	<i>A extensão (pela Lei n.º 94/97 de 23.VIII) do regime do REOP às empresas públicas e às sociedades de capitais maioritária ou exclusivamente públicos: âmbito de aplicação</i>	53
b3.3)	<i>Outros factores (legalmente fixados) de sujeição ao REOP</i>	59
b3.4)	<i>Outros factores legais de sujeição ao REOP transpostos da Directiva n.º 93/37/CEE</i>	62
b3.5)	<i>Casos de sujeição material ao regime do REOP.....</i>	66
B4)	<i>Âmbito de aplicação do REOP em matéria de concessões e fornecimentos de obras públicas</i>	69
b4.1)	<i>Delimitação e dúvidas</i>	69
b4.2)	<i>A delimitação no projecto de revisão do REOP: dúvidas</i>	71
b4.3)	<i>O regime do REOP e as concessões (de exploração) de serviços e bens públicos.....</i>	72
B5)	<i>A aplicação subsidiária ou supletiva do regime do REOP ..</i>	73
B6)	<i>Factores irrelevantes em sede de aplicação do REOP</i>	75
b6.1)	<i>Entidades ou obras que são subsidiadas com dinheiros públicos.....</i>	75
b6.2)	<i>As obras públicas do Decreto-Lei n.º 100/88.....</i>	77
C)	O DECRETO-LEI N.º 390/82: ÂMBITO DE APLICAÇÃO	78
D)	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	79
D1)	<i>O regime do Decreto-Lei n.º 27/79 e legislação complementar</i>	79
D2)	<i>O regime do Decreto-Lei n.º 100/84</i>	81
E)	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS	81
E1)	<i>O regime do Decreto-Lei n.º 309/89</i>	81
E2)	<i>O regime do Decreto-Lei n.º 100/84</i>	82
F)	O DECRETO-LEI N.º 307/94: ÂMBITO DE APLICAÇÃO	83
G)	O DECRETO-LEI N.º 64/94: ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	84

SECÇÃO V

**OS PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO
ADJUDICATÓRIO**

A)	INTRODUÇÃO	85
A1)	<i>Princípios gerais com valor adjudicatório «qualificado» e «desqualificado»</i>	85
B)	OS PRINCÍPIOS GERAIS DA ACTIVIDADE E DO PROCEDIMENTO AD- MINISTRATIVOS E SUA (IN)APLICABILIDADE NOS PROCEDIMENTOS ADJUDICATÓRIOS	88
B1)	O princípio da formalidade	88
b1.1)	<i>Alcance</i>	88
b1.2)	<i>Evolução dos interesses protegidos</i>	89
b1.3)	<i>As diversas “válvulas de escape” do formalismo adju- dicatório (<i>maxime, a “teoria das formalidades essen- ciais”</i>)</i>	92
B2)	O princípio da concorrência	100
b2.1)	<i>Sua importância nuclear</i>	100
b2.2)	<i>Sua relatividade</i>	101
b2.3)	<i>Manifestações: a exigência da comparabilidade das (candidaturas e) propostas</i>	102
b2.4)	<i>(cont.) O princípio da intangibilidade das propostas</i>	104
b2.5)	<i>O princípio da estabilidade do concurso ou das regras concurrais: alterações e correcções</i>	108
b2.6)	<i>O princípio da estabilidade subjectiva dos concorrentes</i>	115
B3)	O princípio da igualdade	116
B4)	O princípio da publicidade	119
B5)	Os princípios da imparcialidade e da transparência	121
B6)	O princípio da proporcionalidade	123
B7)	O princípio da boa-fé	123
B8)	O princípio do “favor” do concurso e dos concorrentes	125
B9)	Princípios (relativamente) desqualificados nos proce- dimentos adjudicatórios	126
b9.1)	<i>O princípio da participação e da colaboração de inter- essados</i>	126
b9.2)	<i>Inquisitório: manifestações</i>	128
C)	OS PRINCÍPIOS GERAIS EM MATÉRIA DE ORGANIZAÇÃO ADMINIS- TRATIVA E A SUA APLICAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS DE ADJUDI- CAÇÃO	130

SECÇÃO VI
OS REGULAMENTOS “CONCURSAIS”

A)	ÂMBITO	130
B)	OS PROGRAMAS DE CONCURSO	131
B1)	Os programas de concurso tipo: natureza e dúvidas sobre a sua parametricidade	131
B2)	O programa do concurso	134
b2.1)	<i>Conceito e natureza</i>	134
b2.2)	<i>As remissões dos programas de concurso para a lei</i> ...	137
C)	OS CADERNOS DE ENCARGOS	138
C1)	Os cadernos de encargos tipo	138
C2)	O caderno de encargos	139

SECÇÃO VII
AS LACUNAS DO DIREITO ADJUDICATÓRIO

A)	GENERALIDADES	142
B)	A SEQUÊNCIA DAS OPÇÕES INTEGRATIVAS	143

CAPÍTULO TERCEIRO
ENQUADRAMENTO JURÍDICO
DOS PROCEDIMENTOS ADJUDICATÓRIOS

SECÇÃO I NATUREZA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DOS PROCEDIMENTOS ADJUDICATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
A)	A FORMAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DE RELAÇÕES (MATERIAIS) ADMINISTRATIVAS	145
B)	A FORMAÇÃO JURÍDICA-ADMINISTRATIVA DE RELAÇÕES CONTRATUAIS PRIVADAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	146

SECÇÃO II
NATUREZA JURÍDICA DOS PROCEDIMENTOS ADJUDICATÓRIOS
DE ENTES JURÍDICO-PRIVADOS E DE ENTES
EMPRESARIAIS PÚBLICOS

A)	A DIVERSA CONFIGURAÇÃO LEGAL DAS HIPÓTESES EXISTENTES .	149
----	---	-----

B)	AS TESES EM CONFRONTO	153
C)	OS PROCEDIMENTOS ADJUDICATÓRIOS ABERTOS POR ENTES DE ES- TRUTURA JURÍDICO-PRIVADA	162
C1)	Regime de Direito Administrativo	162
C2)	O poder de auto-conformação procedural.....	165
c2.1)	<i>Âmbito e limites</i>	165
c2.2)	<i>Exemplos</i>	166

SECÇÃO III

CONSEQUÊNCIAS DA NATUREZA JURÍDICO-PÚBLICA
DO PROCEDIMENTO ADJUDICATÓRIO

A)	EM ESPECIAL, A OBRIGAÇÃO DE ADJUDICAR	169
B)	A INFLUÊNCIA DO PROCEDIMENTO SOBRE A RELAÇÃO MATERIAL CONSTITUÍDA	172
C)	A JUSTICIABILIDADE ADMINISTRATIVA DOS ACTOS DO PROCE- MENTO ADJUDICATÓRIO	172

CAPÍTULO QUARTO

MODALIDADES DE PROCEDIMENTOS
DE ADJUDICAÇÃO ADMINISTRATIVA

SECÇÃO I

TIPICIDADE E DETERMINAÇÃO DA MODALIDADE USADA

..... 175

SECÇÃO II

CONCURSO PÚBLICO

A)	A DELIMITAÇÃO DO RESPECTIVO UNIVERSO CONCORRENTIAL ...	177
A1)	Noção: confronto com outras modalidades	177
B)	JUSTIFICAÇÃO DA SUA PRIORIDADE: APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E COMPARADA	179
C)	A REGRA DA OBRIGATORIEDADE DO CONCURSO PÚBLICO.....	183
C1)	Alcance	183
C2)	A dispensa do concurso (público)	185
c2.1)	<i>Significado e âmbito</i>	185

D)	ESPÉCIES DE CONCURSOS PÚBLICOS	187
D1)	Concursos públicos de selecção e de adjudicação	187
D2)	Hastas (e licitações) públicas	187
	d2.1) <i>Noção e âmbito</i>	187
	d2.2) <i>A licitação por "carta fechada"</i>	189
	d2.3) <i>O anúncio e o acto público da hasta</i>	189
E)	O REGIME DO CONCURSO PÚBLICO (DE ADJUDICAÇÃO): REMISSÃO	190

SECÇÃO III
CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO

A)	O CARÁCTER SIMULTANEAMENTE PÚBLICO E LIMITADO DO R	191
PECTIVO UNIVERSO CONCORRENCIAL		
B)	CASOS EM QUE É ADMITIDO	191
C)	REGIME.....	192
C1)	Regra geral.....	192
C2)	Fase de selecção	194
	c2.1) <i>Sequência procedural no REOP</i>	194
	c2.2) <i>Sequência procedural no Decreto-Lei n.º 55/95</i>	195
C3)	O princípio da estabilidade da pré-qualificação	197
	c3.1) <i>Alcance geral</i>	197
	c3.2) <i>Admissibilidade de desvios ou excepções. Os casos especiais da cisão e da alteração da forma jurídica do concorrente</i>	199
	c3.3) <i>O número de concorrente e eventuais alternativas à aplicação do princípio da sua estabilidade subjectiva.</i>	204
C4)	Fase de adjudicação	205
	c4.1) <i>No REOP</i>	205
	c4.2) <i>No Decreto-Lei n.º 55/95</i>	206

SECÇÃO IV
CONCURSO LIMITADO SEM QUALIFICAÇÃO PRÉVIA

A)	NOÇÃO	207
B)	CASOS EM QUE É ADMITIDO	207
C)	REGIME.....	208
C1)	A escolha dos concorrentes: requisitos e sindicabilidade..	208
C2)	O desenrolar do concurso	209

SECÇÃO V

CONCURSO (OU PROCEDIMENTO) POR NEGOCIAÇÃO

A)	SEU CARÁCTER (RELATIVAMENTE) CONCURSAL	211
B)	ESPÉCIES.....	212
C)	CONCURSO POR NEGOCIAÇÃO COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO	212
C1)	Natureza	212
C2)	Casos em que é admitido	214
C3)	Regime e fases procedimentais	214
c3.1)	<i>A fase dos pedidos de participação</i>	214
c3.2)	<i>As fases subsequentes</i>	216
c3.3)	<i>Adjudicação</i>	217
D)	CONCURSO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO.	218
D1)	Casos em que é admitido: dúvidas.....	218
D2)	Regime.....	219
E)	OS LIMITES DA NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	219

SECÇÃO VI

AJUSTE DIRECTO

A)	NOÇÃO	220
B)	CASOS EM QUE É ADMITIDO	221
C)	REGIME.....	223

CAPÍTULO QUINTO

FASE DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO ADJUDICATÓRIO

SECÇÃO I

O ACTO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO

A)	ESPECIFICIDADE PROCEDIMENTAL	225
B)	NATUREZA JURÍDICA.....	226
B1)	Efeito “constitutivo” do procedimento.....	226
B2)	Impugnabilidade contenciosa.....	227
B3)	A auto-vinculação da Administração	228
b.3.1)	<i>Conteúdo.....</i>	228
b.3.2)	<i>A desistência do concurso pela Administração</i>	230
b.3.3)	<i>Alteração das condições do procedimento pela Administração</i>	232

B4) A posição dos interessados face à abertura do procedimento: consequências	233
--	-----

**SECÇÃO II
AS FORMALIDADES PRELIMINARES
DA ABERTURA DO CONCURSO**

A) ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCIERO	234
B) A DECISÃO (PRÉVIA) DE CONTRATAR OU “ACTUAR”	234
B1) Função procedural	234
B2) Natureza	235
B3) A importância financeira da decisão prévia de contratar.	236
B4) Competência	237
C) OUTRAS AUTORIZAÇÕES E PARECERES PRELIMINARES DA ABER- TURA DO PROCEDIMENTO	238
C1) Casos.....	238
C2) Natureza e valia jurídica “internas”	240
D) A “APROVAÇÃO” DOS DOCUMENTOS (E DAS PEÇAS) REGULADORES DO PROCEDIMENTO.....	241
D1) Descrição	241

**SECÇÃO III
OS ÓRGÃOS CONCURSAIS**

A) A ENTIDADE ADJUDICANTE	242
A1) Noção e terminologia	242
A2) Associação de entidades adjudicantes	245
a2.1) Admissibilidade e âmbito	245
a2.2) Regime e especialidades	246
A3) Competência geral da entidade adjudicante	247
B) OUTROS ÓRGÃOS CONCURSAIS	249
B1) Por desconcentração ou delegação de poderes da entidade adjudicante	249
B2) As “comissões” dos concursos	249
B3) A competência das comissões do concurso e sua relação com a da entidade adjudicante e com a posição proce- dimental dos interessados	251

C)	COMPETÊNCIAS GERAIS COM REFLEXO NO PROCEDIMENTO ADJUDATÓRIO.....	252
C1)	Exemplos	252
C2)	Competência para actos anteriores e posteriores ao procedimento concursal	253
C3)	Competência para as “questões prejudiciais”	253

**SECÇÃO IV
AS “PEÇAS” DO CONCURSO: GENERALIDADES**

A)	ENUNCIADO	255
B)	REGIME APLICÁVEL ÀS PEÇAS DO CONCURSO	256
B1)	Língua ou idioma	256
B2)	Publicidade e patenteação	257
B3)	Os “exemplares” das peças do concurso	258
b3.1)	Autenticidade e “preço”	258
b3.2)	Prazo de entrega: prorrogação do prazo do concurso ..	260
B4)	A valia jurídica das diversas formas de publicidade e seus reflexos procedimentais	261

**SECÇÃO V
O(S) ANÚNCIO(S) DO CONCURSO**

A)	PUBLICAÇÃO.....	263
A1)	Obrigatoriedade de publicação (local e termos).....	263
A2)	Incumprimento das regras relativas à publicação	267
B)	MENÇÕES DO ANÚNCIO	268
B1)	Essenciais e não-essenciais.....	268
B2)	O valor jurídico do anúncio	270

**CAPÍTULO SEXTO
“O PRAZO DO CONCURSO”
OU DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**SECÇÃO I
A FASE DO “PRAZO DO CONCURSO”**

A)	EXTENSÃO; ADAPTAÇÃO TERMINOLÓGICA	273
----	---	-----

B)	PRAZOS A OBSERVAR	274
B1)	Advertência quanto ao modo e início de contagem do prazo de apresentação das propostas	274
B2)	Fixação (e prorrogação) dos prazos de apresentação das propostas	276
B3)	Os “prazos do concurso” no REOP	276
b3.1)	<i>Concursos públicos</i>	276
b3.2)	<i>Concursos limitados e por negociação</i>	277
b3.3)	<i>Redução e prorrogação dos prazos da lei</i>	278
B4)	Os “prazos do concurso” no Decreto-Lei n.º 55/95	280
b4.1)	<i>Concursos públicos</i>	280
b4.2)	<i>Concursos limitados e por negociação</i>	280
C)	CONSEQUÊNCIAS DO INCUMPRIMENTO DO “PRAZO DO CONCURSO” PELOS CONCORRENTES E PELA ADMINISTRAÇÃO.....	281

SECÇÃO II

RELAÇÕES ENTRE A ADMINISTRAÇÃO ADJUDICANTE
E OS INTERESSADOS DURANTE O PRAZO DO CONCURSO

A)	ESCLARECIMENTOS SOBRE OS ELEMENTOS PATENTEADOS	282
A1)	Admissibilidade	282
A2)	Esclarecimentos oficiosos	283
A3)	Alcance e limites objectivos dos esclarecimentos admitidos: sua violação	284
a3.1)	<i>Seu objecto e finalidade</i>	284
a3.2)	<i>Repercussão do princípio da estabilidade das regras do concurso em matéria de esclarecimentos</i>	286
A4)	Limites temporais para solicitação e prestação de esclarecimentos.....	288
a4.1)	<i>Prazos fixados e sua extensão: consequências</i>	288
a4.2)	<i>Publicidade dos esclarecimentos e consequências da sua falta ou extemporaneidade</i>	289
A5)	A auto-vinculação aos esclarecimentos prestados.....	292
a5.1)	<i>Regra geral</i>	292
a5.2)	<i>Quanto aos esclarecimentos ilegais</i>	293
B)	REACÇÃO CONTRA AS ILEGALIDADES PRATICADAS NESTA FASE DO CONCURSO: REMISSÃO	296

CAPÍTULO SÉTIMO OS CONCORRENTES

SECÇÃO I O UNIVERSO CONCORRENCIAL

A)	TERMINOLOGIA: CONCORRENTES E CANDIDATOS.....	297
B)	DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO CONCORRENCIAL	298
B1)	Formas de delimitação.....	298
B2)	A delimitação negativa: a proibição de concorrer	299
	b2.1) <i>Pela natureza do concorrente ou pelo objecto do curso</i>	299
	b2.2) <i>Pelo passado das relações entre adjudicante e adjudicatário ou outras circunstâncias que afectem o estado ou probidade deste.....</i>	300
B3)	A dimensão (variável) do universo concorrencial: o concurso com um concorrente	303

SECÇÃO II REQUISITOS GERAIS DE HABILITAÇÃO OU DE ADMISSÃO DE CONCORRENTES

A)	FIXAÇÃO	304
B)	CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS E “SOCIAIS”.....	305
B1)	A <i>ratio</i> da sua exigência e o princípio da igualdade	305
B2)	Declaração fiscal geral	308
B3)	Comprovativo relativo ao último imposto sobre rendimentos	309
B4)	Cumprimento de obrigações relativas à Segurança Social..	311
B5)	Inobservância destes requisitos: sanções	312
C)	REQUISITOS GERAIS (NEGATIVOS) DE FALTA DE CAPACIDADE PROFISSIONAL OU DE IDONEIDADE PESSOAL	315

SECÇÃO III REQUISITOS DA CONCORRÊNCIA EM FUNÇÃO DA NACIONALIDADE

A)	A IGUALDADE ENTRE CIDADÃOS OU EMPRESAS PORTUGUESES E COMUNITÁRIOS	317
A1)	Fundamento jurídico	317
A2)	Os factores determinantes da nacionalidade	319

A3) Extensão do princípio da igualdade de acesso aos nacionais de países não comunitários.....	321
A4) Excepções ao princípio da igualdade de acesso	322
A5) Diferenças nos processos de candidatura de concorrentes nacionais e estrangeiros	323
B) OUTROS CONCORRENTES ESTRANGEIROS.....	326
B1) Nos casos de aplicação do REOP: requisitos de habilitação e de qualificação. Princípio da igualdade: relatividade.....	326
B2) Noutros casos	327

SECÇÃO IV**REQUISITOS RESPEITANTES AO EXERCÍCIO
DE UMA PROFISSÃO OU ACTIVIDADE**

A) ÂMBITO E ESTABILIDADE.....	328
B) O PRINCÍPIO DA EQUIPARAÇÃO DOS TÍTULOS PROFISSIONAIS NACIONAIS E COMUNITÁRIOS.....	329
B1) Consagração normativa.....	329
B2) Extensão do princípio	332
B3) Excepções	332
B4) Consequências da falta ou alteração do título profissional .	333
C) O CASO ESPECIAL DO ALVARÁ DE EMPREITEIRO DE OBRAS PÚBLICAS (E TÍTULOS EQUIPARADOS) NO REGIME DO REOP.....	334
C1) A declaração exigida: sua falta ou alteração	334
C2) O princípio da “extensão” do alvará das empresas associadas	335

SECÇÃO V**REQUISITOS RESPEITANTES À CAPACIDADE FINANCEIRA
E TÉCNICA DOS CONCORRENTES**

A) ENQUADRAMENTO.....	336
A1) A “inaptidão” dos concorrentes.....	336
A2) A transposição das directivas comunitárias na matéria....	337
B) O JUÍZO SOBRE A (IN)APTIDÃO DOS CONCORRENTES	339
B1) Razão de ser da sua autonomização	339
B2) Factores e documentos em que se baseia. Dúvidas e dificuldades de aplicação: sua extensão à classificação das propostas.	339

SECÇÃO VI
ASSOCIAÇÃO OU AGRUPAMENTOS DE EMPRESAS

A)	ADMISSIBILIDADE LEGAL DA PROPOSTA CONJUNTA	341
	A1) Âmbito.....	341
	A2) Implicações procedimentais da proposta conjunta.....	343
B)	A NATUREZA E ESTRUTURA DAS ASSOCIAÇÕES OU AGRUPAMENTOS CONCORRENTES	343
	B1) Associações informais ou “irregulares” de empresas	343
	b1.1) <i>Previsão legal</i>	343
	b1.2) <i>A intervenção e responsabilidade procedural das empresas associadas informalmente</i>	345
	B2) Associações formalmente constituídas: as principais modalidades e responsabilidades inerentes.....	346
	B3) As associações mistas: o problema da sua admissibilidade.	349

SECÇÃO VII
REPRESENTAÇÃO DOS CONCORRENTES

A)	AS OMISSÕES LEGISLATIVAS NA MATÉRIA: SUA SUPERAÇÃO	354
B)	ÂMBITO OBJECTIVO E TEMPORAL DA INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE	356
C)	OUTRAS CREDENCIAÇÕES	356

SECÇÃO VIII
ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CONCORRENTES: REMISSÃO

357

CAPÍTULO OITAVO
PROPOSTAS

SECÇÃO I
A PROPOSTA

A)	POLISSEMIA DO CONCEITO	359
B)	A AUTO-VINCULAÇÃO DO CONCORRENTE À PROPOSTA: DESISTÊNCIA E RECUSA (I)LEGÍTIMAS.....	361
C)	REQUISITOS ESSENCIAIS DA PROPOSTA CONCURSAL: SERIEDADE, FIRMEZA E CERTEZA (DESVIOS)	366
D)	FIGURAS AFINS DA PROPOSTA: CANDIDATURAS E PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO	370

D1) Enquadramento.....	370
D2) Diferenças	370

SECÇÃO II
MODO DE APRESENTAÇÃO

A) AS EXIGÊNCIAS LEGAIS	372
A1) O dever de documentação das propostas e o modo da sua apresentação: interesses envolvidos	372
A2) Os modos de apresentação	373
a2.1) Regra geral	373
a2.2) O processo complementar dos "fascículos indecomponíveis"	374
B) A RATIO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS QUANTO AO MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E CONSEQUÊNCIAS DA SUA VIOLAÇÃO....	375
B1) Os interesses protegidos.....	375
b1.1) Em geral.....	375
b1.2) A separação dos sobreescritos "Documentos" e "Proposta"	377
B2) Consequências da violação dos requisitos relativos modo de apresentação da proposta.....	380
b2.1) Regime geral: dúvidas	380
b2.2) Desvios ao regime geral	382
b2.3) O caso especial da violação das exigências legais que seja imputável às deficiências do programa do concurso	383
b2.4) A violação das exigências legais relativas aos "fascículos indecomponíveis"	386
b2.5) A lacragem dos sobreescritos	388
b2.6) A inobservância das menções dos sobreescritos.....	388
C) REGRAS APLICÁVEIS QUANTO AO MODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS CONDICIONADAS E COM VARIANTE(S)	389
C1) As regras legais: dúvidas	389
C2) As regras concursais	391
D) ASSINATURA DA PROPOSTA E SEUS DOCUMENTOS.....	392
D1) Regra geral.....	392
D2) Assinaturas dos documentos que instruem e que acompanham a proposta.....	393

**SECÇÃO III
ENTREGA DAS PROPOSTAS**

A)	O REQUISITO DA ENTREGA TEMPESTIVA.....	394
A1)	Regra. A recepção de propostas tardivamente entregues ...	394
A2)	Justo impedimento	395
a2.1)	<i>Noção e sua aplicação neste domínio.....</i>	395
a2.2)	<i>Regime do justo impedimento</i>	397
A3)	Sobre a possibilidade de apresentação antecipada da documentação habilitante.....	398
a3.1)	<i>Sua eventual admissibilidade: requisitos.....</i>	398
a3.2)	<i>Excepção: documentação necessariamente “contextual” da proposta</i>	400
B)	ENTREGA PESSOAL OU POSTAL.....	401
B1)	Vantagens e desvantagens	401
B2)	Local da entrega	403

**SECÇÃO IV
PROPOSTA BASE**

A)	NOÇÃO E INTERESSE: IMPLICAÇÕES VINCULADAS DA SUA EXISTÊNCIA.....	403
----	--	-----

**SECÇÃO V
AS PROPOSTAS CONDICIONADAS E COM VARIANTES**

A)	NOÇÕES.....	406
B)	REQUISITOS DA SUA ADMISSIBILIDADE	410
B1)	Requisitos de fundo	410
b1.1)	<i>Previsão legal</i>	411
b1.2)	<i>A obrigatoriedade de apresentar proposta base</i>	413
b1.3)	<i>Outros requisitos</i>	413
B2)	Requisitos de forma: modo de apresentação e modelos	414
C)	CONSEQUÊNCIAS DA VIOLAÇÃO DOS REQUISITOS DE ADMISSÃO DE PROPOSTAS CONDICIONADAS OU COM VARIANTES.....	415
C1)	Quanto aos requisitos de fundo.....	415
c1.1)	<i>Em caso de proibição de apresentação (geral ou especial): as condições “não escritas”</i>	415
c1.2)	<i>Quanto à exigência de apresentação simultânea da proposta base.....</i>	416
c1.3)	<i>Quanto à indicação do valor das condições apostas....</i>	418

c1.4) <i>Quanto à sistematização das propostas com variantes</i>	418
C2) <i>Quanto aos requisitos formais</i>	419
D) A APRECIAÇÃO E ADJUDICAÇÃO UNITÁRIAS OU GLOBAIS DAS PROPOSTAS CONDICIONADAS OU COM VARIANTES.....	420

SECÇÃO VI

A LÍNGUA A UTILIZAR NA PROPOSTA (E SUA DOCUMENTAÇÃO)

421

SECÇÃO VII

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

A) A VINCULAÇÃO DO CONCORRENTE À PROPOSTA APRESENTADA ..	423
A1) <i>Refracção do princípio da intangibilidade da proposta</i>	423
A2) <i>Admissibilidade de esclarecimentos (e rectificações) da proposta: objecto e prazo</i>	424
a2.1) <i>Esclarecimentos técnicos sobre a proposta: limites à sua admissibilidade</i>	424
a2.2) <i>Rectificação de erros de cálculo ou de escrita da proposta</i>	426
A3) <i>Esclarecimentos pedidos pela entidade adjudicante</i>	427
a3.1) <i>Em geral</i>	427
a3.2) <i>Esclarecimentos sobre preços "anormalmente" baixos..</i>	429
a3.3) <i>Esclarecimentos sobre propostas variantes.....</i>	430
a3.4) <i>Esclarecimentos nos casos da Portaria n.º 428/95</i>	431
a3.5) <i>O direito comunitário na matéria</i>	431

SECÇÃO VIII

MODELOS DA PROPOSTA

A) MODELOS OBRIGATÓRIOS DA PROPOSTA (E DE OUTROS DOCUMENTOS)	432
A1) <i>Âmbito e ratio da sua exigência</i>	432
A2) <i>A vinculatividade dos modelos aplicáveis</i>	434

SECÇÃO IX

CAUÇÃO DA PROPOSTA

A) ADMISSIBILIDADE DA SUA EXIGÊNCIA.....	435
B) FALTA DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO (OU INOBSERVÂNCIA DOS SEUS TERMOS).....	438

C) LEVANTAMENTO DA CAUÇÃO	439
---------------------------------	-----

SECÇÃO X
ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE PROPOSTAS

A) O ESTATUTO DA PROPOSTA ADMITIDA	439
B) CAUSAS DE EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS	441
B1) Enunciado (remissivo); os “elementos essenciais” da proposta.....	441
B2) Regime de exclusão de propostas: destaques e remissão ...	443

SECÇÃO XI
PRAZO DE “VALIDADE” OU MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

A) OS INTERESSES ENVOLVIDOS	444
B) AS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS	446
C) EFEITOS DO DECURSO DO PRAZO.....	449
C1) A possibilidade de adjudicação após a cessação do prazo de manutenção das propostas	449
C2) O direito (e o dever) de retirar as propostas após o decurso do respectivo prazo de manutenção ou “validade”	451
C3) O prazo de manutenção das propostas e a decisão de (não) adjudicação	453
c3.1) <i>O direito (ou dever) dos outros concorrentes à 2ª chamada.....</i>	454
C4) Extensão da previsão legal sobre a 2ª adjudicação	455

CAPÍTULO NONO
O ACTO PÚBLICO DO CONCURSO

SECÇÃO I
O SEU CARÁCTER (SUBJECTIVA E OBJECTIVAMENTE) “PÚBLICO”

A) OS INTERVENIENTES E O “CENÁRIO” DO ACTO PÚBLICO	457
A1) Os interessados	457
a1.1) <i>Modo da sua intervenção</i>	457
a1.2) <i>O direito à prática “presencial” das formalidades do concurso</i>	459
a1.3) <i>O ónus da presença dos interessados: a notificação das deliberações tomadas no acto público do concurso</i>	460

A2) A “assistência obrigatória” do representante do Ministério Público	462
a2.1) Âmbito e dúvida	462
a2.2) As reclamações e recursos do MP sobre o acto público: remissão	464
B) OUTRAS MANIFESTAÇÕES DO CARÁCTER “PÚBLICO” DO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO: O CONTRADITÓRIO E O DIREITO (DEVER) DE ARGUIÇÃO E RECLAMAÇÃO	464

SECÇÃO II

O REGIME DO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO

A) O REGIME (ESSENCIAL) DO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO	466
A1) A comissão do acto público do concurso	466
a1.1) Composição, colegialidade e acta	466
a1.2) Competência decisória: plena e restrita	468
a1.3) Competência genérica	469
a1.4) Natureza (não) definitiva das suas deliberações	470
A2) A data e o lugar do acto público	471
A3) As sessões do acto público	472
a3.1) O princípio da continuidade das sessões: a guarda das propostas	472
a3.2) Causas de interrupção	473

SECÇÃO III

FORMALIDADES DA FASE PRELIMINAR DO ACTO PÚBLICO

A) APRESENTAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE PODERES (DA ENTIDADE ADJUDICANTE E DOS CONCORRENTES): RECLAMAÇÕES	474
B) “QUESTÕES PRÉVIAS” DO PROCEDIMENTO CONCURSAL	476

SECÇÃO IV

A FASE DE ADMISSÃO (E HABILITAÇÃO) DE CONCORRENTES

A) ABERTURA (E IDENTIFICAÇÃO) DOS SOBRESCRITOS	479
A1) Abertura dos sobreescritos exteriores	479
B) A ADMISSÃO (DOCUMENTAL) FORMAL DOS CONCORRENTES	480
B1) A abertura e análise das pastas dos “Documentos”	480
B2) A rúbrica (ou chancela) dos “Documentos”	481
b2.1) A exigência legal e os interesses protegidos	481

B3) Documentos não rubricados: consequências	482
B4) Admissão e exclusão (formal) de concorrentes.....	483
b4.1) Questões a apreciar pela Comissão	483
b4.2) Questões excluídas da apreciação da Comissão	483
B5) A exclusão de concorrentes nas fases posteriores do procedimento: fundamentos.....	485
C) AS RECLAMAÇÕES SOBRE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CONCORRENTES: REMISSÃO	485

**SECÇÃO V
A FASE DE ADMISSÃO DE PROPOSTAS**

A) CAUSAS DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE PROPOSTAS NO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO: REMISSÃO	486
B) A ADMISSÃO OU EXCLUSÃO MATERIAL DAS PROPOSTAS APÓS O ACTO PÚBLICO DO CONCURSO.....	486
B1) Propostas condicionadas.....	487
B2) Propostas com variantes.....	487
B3) Propostas inaceitáveis	488
B4) As reclamações e recursos sobre a admissão e exclusão de propostas: remissão.....	488

**SECÇÃO VI
A ACTA DO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO**

A) A COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA COMISSÃO	489
--	-----

**CAPÍTULO DÉCIMO
A FASE DE APRECIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**SECÇÃO I
INTRODUÇÃO**

A) OBJECTO.....	491
A1) Objecto principal: a apreciação (absoluta e relativa) das propostas ou pedidos de participação	491
A2) Objecto complementar: a apreciação da habilitação ou aptidão de concorrentes.....	493

SECÇÃO II
COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS
OU JÚRIS DOS CONCURSOS

A)	EXISTÊNCIA (OBRIGATÓRIA OU FACULTATIVA) E COMPOSIÇÃO...	493
B)	FUNCIONAMENTO E PODERES	496
B1)	<i>Auto-conformação procedural da sua actuação: carácter das suas deliberações.....</i>	496
B2)	<i>Deliberações ou formalidades iniciais: razão de ser</i>	498
B3)	<i>Apreciação e classificação das propostas</i>	501
b3.1)	<i>Juízos em que se consubstancia.....</i>	501
b3.2)	<i>Momentos juridicamente vinculados do juízo classificatório</i>	502
b3.3)	<i>Momentos discricionários do juízo classificatório</i>	504
b3.4)	<i>Métodos de classificação</i>	505

SECÇÃO III
RELATÓRIO DO JÚRI E AUDIÊNCIA DOS CONCORRENTES

A)	CONTEÚDO GERAL	507
A1)	<i>O mérito das propostas</i>	507
A2)	<i>Os juízos do relatório do júri em matéria de exclusão de concorrentes ou propostas.....</i>	508
a2.1)	<i>Por inaptidão (lato sensu) dos concorrentes</i>	508
a2.2)	<i>Por inaceitabilidade das propostas: âmbito e limites ..</i>	508
a2.3)	<i>Dever de audiência sobre os juízos de “inaptidão” ou de “inaceitabilidade” constantes do relatório do júri .</i>	513
A3)	<i>Apresentação do relatório do júri: diversidade da sequência procedural</i>	514
B)	AUDIÊNCIA PRÉVIA.....	514
B1)	<i>Procedimentos em que é exigível</i>	514
B2)	<i>O regime da audiência prévia</i>	518
b2.1)	<i>Quem a promove</i>	518
b2.2)	<i>Sua dispensa: casos especiais</i>	519
b2.3)	<i>A quem é facultada</i>	520
b2.4)	<i>Objecto da audiência: o projecto de decisão final ou relatório preliminar do júri</i>	520
b2.5)	<i>Forma e prazo da audiência</i>	522

B3) As diligências complementares da audiência prévia: dificuldades.....	524
B4) O relatório final do júri	525

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO
A FASE DE ADJUDICAÇÃO

SECÇÃO I
DIVERSIDADE DA SUA CONFIGURAÇÃO

527

SECÇÃO II
NÃO ADSTRIÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE
AO RELATÓRIO DO JÚRI

528

SECÇÃO III
CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A) REQUISITOS DA SUA FIXAÇÃO	533
A1) Momento e publicidade	533
A2) Enunciado e ordenação (ponderada ou percentual) dos critérios de adjudicação.....	536
a2.1) Importância e consequências procedimentais	536
a2.2) Princípio do congelamento dos critérios fixados	537
A3) Critérios admissíveis	538
a3.1) Em geral: "a proposta (economicamente) mais vantajosa"	538
a3.2) Nos concursos limitados	541
a3.3) Critérios inadmissíveis (por lei ou natureza, gerais e especiais): os factores subjectivos de habilitação dos concorrentes e os critérios objectivos de mérito das propostas ..	542
a3.4) Os sub-critérios: admissibilidade e limites.....	544

SECÇÃO IV

A DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

A)	NATUREZA, EFEITOS E OBJECTO.....	547
B)	A ADJUDICAÇÃO CONDICIONAL	550
B1)	Sua admissibilidade em geral	550
B2)	A condicionabilidade da adjudicação e o princípio da intangibilidade das propostas	553
b2.1)	<i>As condições respeitantes a aspectos determinantes da adjudicação: casos de ilegalidade.....</i>	553
b2.2)	<i>A adjudicação "condicionada" ao acordo sobre uma alteração da proposta não repercutível na sua classificação ou preferência: admissibilidade e limites</i>	555
C)	A ADJUDICAÇÃO PARCIAL.....	559
C1)	Conceito e casos de (in)admissibilidade	559
C2)	A influência da classificação global na adjudicação parcial.	561
C3)	A modificação parcial da proposta adjudicatária.....	563
D)	A ADJUDICAÇÃO PARCELAR.....	564
E)	A NOTIFICAÇÃO (E ANÚNCIOS) DO ACTO DE ADJUDICAÇÃO	565
F)	AS FORMALIDADES POSTERIORES À ADJUDICAÇÃO.....	566
F1)	Remissão	566
F2)	A decisão de não contratar: efeitos. Relevo procedural e contencioso	567

SECÇÃO V

A DECISÃO DE NÃO ADJUDICAR

A)	A EXCLUSÃO DO DEVER LEGAL DE ADJUDICAÇÃO.....	569
B)	PROIBIÇÃO DE ADJUDICAR E (OU) PODER DE NÃO ADJUDICAR	570
C)	ENQUADRAMENTO PROCEDIMENTAL E POSIÇÃO DOS CONCORRENTES FACE À DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO	574
D)	RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO: CASOS	575

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO
DA ADJUDICAÇÃO AO ACTO OU CONTRATO ADJUDICADOS

SECÇÃO I
AS FORMALIDADES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS
POSTERIORES À ADJUDICAÇÃO

A)	ENQUADRAMENTO.....	577
B)	A FIXAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.....	579
B1)	Enquadramento.....	579
B2)	A fixação da minuta do (acto ou) contrato <i>ante ou post-</i> <i>-adjudicação</i>	580
B3)	A fixação unilateral da minuta do contrato: aceitação e re- clamação do adjudicatário	580
B4)	A aprovação da minuta do contrato	582
C)	A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO DEFINITIVA	583
C1)	Exigibilidade	583
C2)	Quantitativo	584
C3)	Termos em que deve ser prestada	585
C4)	Falta (absoluta ou relativa) de prestação da caução: con- sequências	585
D)	CONSTITUIÇÃO JURÍDICA E COMPARÊNCIA DO CO-CONTRATANTE	586
E)	CONSEQUÊNCIAS DA NÃO CONSUMAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO	588
E1)	A “chamada” do concorrente classificado em 2.º lugar	588
E2)	A posição dos restantes classificados: a possibilidade de recurso ao ajuste directo.....	590

SECÇÃO II
AS FORMALIDADES JURÍDICO-FINANCEIRAS

A)	O VISTO DO TRIBUNAL DE CONTAS	591
A1)	Seu enquadramento e importância actuais.....	591
A2)	Natureza do controlo prévio do Tribunal de Contas	595
a2.1)	<i>A legalidade financeira do acto ou contrato</i>	595
a2.2)	<i>Desvios: a nulidade do acto ou contrato. Dúvidas</i>	598
A3)	Os actos ou contratos sujeitos a visto (ou a declaração de conformidade).....	601
A4)	O regime da concessão do visto ou da declaração de confor- midade	602
A5)	A recusa do visto	604
a5.1)	<i>Efeitos e sua superação</i>	604

SECÇÃO III A DECISÃO DE (NÃO) CONTRATAR: REMISSÃO	608
--	-----

**CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO
GARANTIAS ADMINISTRATIVAS
DO PROCEDIMENTO ADJUDICATÓRIO**

**SECÇÃO I
GENERALIDADES**

A) ÂMBITO E ESPECIALIDADE DE REGIME	609
B) O <i>STATUS QUO</i> LEGISLATIVO	611
C) QUESTÕES GERAIS	612
C1) Âmbito das garantias administrativas: admissibilidade de reacção contra actos não destacáveis (<i>stricto sensu</i>)	612
C2) Legitimidade (activa e passiva) em sede de impugnação administrativa.....	613
c.2.1) <i>Legitimidade activa</i>	613
c.2.2) <i>Legitimidade passiva</i>	617
C3) Ónus de alegação: carácter não subordinante	618

SECÇÃO II

AS IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS NO REGIME DO REOP

A) A IMPUGNAÇÃO DE ILEGALIDADES ANTES DO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO	622
A1) <i>Ilegalidades impugnáveis</i>	623
A2) Sequência impugnatória	625
A3) O carácter necessário ou facultativo destas impugnações administrativas	627
B) A IMPUGNAÇÃO DE ILEGALIDADES NO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO..	628
B1) <i>Ilegalidades impugnáveis</i>	628
B2) Sequência impugnatória: as reclamações e os recursos no acto público do concurso	631
B3) O carácter necessário ou facultativo destas impugnações (o ónus de impugnação das ilegalidades especificadas)	635
B4) Efeitos suspensivos da interposição do recurso hierárquico: alcance	640

B5) Regime especial da decisão do recurso: audiência prévia, efeitos da decisão e dúvidas sobre a (in)constitucionalidade da decisão tácita	649
C) A IMPUGNAÇÃO DE ILEGALIDADES APÓS O ACTO PÚBLICO DO CURSO	652
C1) Regime-regra e ilegalidades impugnáveis	652
C2) Diferenciação entre a impugnação administrativa e a resposta à audiência	653

**SECÇÃO III
AS IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS
NO RÉGIME DO DL N.º 55/95**

A) A IMPUGNAÇÃO DE ILEGALIDADES ANTES DO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO	654
A1) Ilegalidades impugnáveis e regime	654
B) A IMPUGNAÇÃO DE ILEGALIDADES NO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO	655
B1) Decisões ou deliberações impugnáveis	655
B2) Sequência e regime das impugnações	657
B3) Carácter necessário ou facultativo das impugnações administrativas	661

**CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO
GARANTIAS CONTENCIOSAS
DOS PROCEDIMENTOS ADJUDICATÓRIOS**

**SECÇÃO I
O CONTENCIOSO DOS PROCEDIMENTOS
ADJUDICATÓRIOS EM GERAL**

.....	665
-------	-----

**SECÇÃO II
GARANTIAS CONTENCIOSAS ESPECÍFICAS
DOS PROCEDIMENTOS ADJUDICATÓRIOS**

A) IMPORTÂNCIA E ÂMBITO DE APLICAÇÃO	666
--	-----

B)	AS GARANTIAS PREVISTAS E A ESPECIFICIDADE DO SEU REGIME .	668
B1)	O recurso contencioso urgente.....	669
B2)	Medidas provisórias.....	672
	b2.1) <i>Natureza</i>	672
	b2.2) <i>Objecto</i>	673
	b2.3) <i>Requisitos</i>	675
B3)	A Intervenção da Comissão da CE: Remissão	677

**CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO
“GARANTIAS” DE ÂMBITO COMUNITÁRIO**

A)	AS DIRECTIVAS RELATIVAS AOS MEIOS DE RECURSO EM MATÉRIA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	679
A1)	Elenco	679
	a1.1) <i>A Directiva n.º 89/665/CEE: reacções no âmbito comu- nitário</i>	679
	a.1.2) <i>A Directiva n.º 92/13/CEE</i>	681
B)	A ACÇÃO POR INCUMPRIMENTO DAS DIRECTIVAS COMUNITÁRIAS .	682
C)	“GARANTIAS” DE LEGALIDADE COMUNITÁRIA NOS CONTRATOS FINANCIADOS PELA COMUNIDADE.....	684